



Mecanismos de debreagem e embreagem actanciais empregados na língua falada

Vanessa Hagemeyer Burgo*
Eduardo Francisco Ferreira**
Letícia Jovelina Storto***

Resumo: Este estudo tem por objetivo discutir a constituição da categoria de pessoa no discurso político, analisando os efeitos de sentido produzidos pelos mecanismos de debreagem e embreagem actanciais empregados na conversação. O arcabouço teórico deste trabalho consiste, portanto, em uma abordagem textual-interativa da língua falada, pautada, sobretudo, em conceitos da semiótica em relação de interface com formulações advindas da análise da conversação. O *corpus* é composto de transcrições do debate entre os candidatos à presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva e Geraldo Alckmin, realizado no dia 8 de outubro de 2006, transmitido pela TV Bandeirantes. Vale ressaltar que optamos por trabalhar com trechos do primeiro bloco, os quais apresentam elementos mais pertinentes à análise. Considerando-se que todo político tem como finalidade maior a adesão dos eleitores e, conseqüentemente, seus votos, há uma grande preocupação com a imagem que querem passar à sociedade e, por isso, as exposições são voltadas, sobretudo, aos telespectadores. Porém, na parte inicial do debate, embora haja a presença da plateia e de jornalistas, os candidatos devem dirigir suas perguntas e respostas um ao outro, em uma situação de interação face a face. Assim, mesmo que o destinatário direto pareça ser o oponente, o real destinatário é o público.

Palavras-chave: debreagem, embreagem, língua falada

Introdução

Recentes estudos têm abordado o discurso como objeto de pesquisa devido ao caráter de interação social que se evidencia entre os participantes de um processo de enunciação falante-ouvinte. O alvo de enfoque do discurso tem sido revelado sob o aspecto do dominador. Nesse sentido, observa-se o falante em posição de prestígio no contexto social e os mecanismos que o favorece na obtenção de seu poder, dominação e convencimento. Sob essa perspectiva, tem-se evidenciado grande enfoque à análise dos discursos políticos, os quais detêm plenos poderes de persuasão.

O que se pretende com este estudo é enfocar a linguagem do discurso político, visando a desvendar os efeitos de sentido produzidos com o uso de determinados mecanismos, utilizando os conceitos da semiótica, paralelamente às formulações da análise da conversação. Dessa forma, destacamos a fala como localizada (produzida em um dado momento/espço), não tendo

uma etapa de planejamento prévio, ou seja, planejada localmente e, por meio dela, criando um espaço partilhado entre os interlocutores. Conforme Barros (2003, p. 66),

[...] o exame das estratégias discursivas tem sido um dos principais objetivos dos estudos semióticos nos últimos anos. A esses esforços devem-se somar os das teorias pragmáticas e da análise da conversação, propostas teóricas que consideram, todas elas, os mecanismos de interação social como fenômenos sistemáticos, cujo conhecimento faz parte das regras que o falante de uma língua domina (Barros, 2003, p. 66).

Diante disso, a linguagem deve ser pensada em relação à constituição dos sujeitos e à produção dos sentidos. Assim, o discurso supõe um sistema que se relaciona com sua exterioridade, pois sem história não há sentido, ou seja, é a inserção da história na

* Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Endereço para correspondência: { vanessahburgo@hotmail.com }.

** Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Endereço para correspondência: { eduardo.uenp@gmail.com }.

*** Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Endereço para correspondência: { leticia_storto@hotmail.com }.

língua que faz com que ela signifique. Dessa forma, é visto como o resultado de uma construção que exige a presença de um sujeito ideológico que, inserido em um contexto social e histórico, desencadeia o processo de significação. Pensa-se em discurso não como uma forma de transmissão de informação, mas como efeito de sentido entre locutores.

1. Referencial teórico

Com base na teoria semiótica greimasiana, Fiorin (1996) observa que o processo de geração de sentido é entendido como um percurso gerativo, simulacro metodológico do ato real de produção significante, que vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto por meio de mecanismos de conversão. Nesse percurso, distinguem-se a imanência, que tange ao plano do conteúdo (contempla o níveis fundamental, o narrativo e o discursivo) da manifestação, que é a união de um plano de conteúdo com um ou vários planos de expressão (ideia transformada em produto: pode ser um filme, um quadro etc.). A enunciação é a ponte, o momento de transição, a mediação entre a imanência e a manifestação (enunciado acabado). Enunciar é transformar idéia em discurso, sendo, pois, um trabalho de construir. A enunciação compreende o ‘dizer’ e o enunciado o ‘dito’.

As estratégias de persuasão podem se basear no acordo que se estabelecem entre enunciação e enunciado e o conflito entre os mesmos. No que concerne aos contratos enunciativos, Fiorin (1996) menciona que, quando há um acordo entre enunciado e enunciação, o enunciado X deve ser lido como X, caso contrário, o enunciado X deve ser interpretado como não-X. Esses contratos determinam a atribuição de estatutos veridictórios em quatro categorias: verdade (é e parece ser), mentira (não é e não parece ser), segredo (é, mas não parece) e falsidade (parece, mas não é). Vale ressaltar que o ‘ser’ está no nível da enunciação, enquanto o ‘parecer’ está no nível do enunciado. Há, também, a enunciação reportada, que corresponde a um simulacro, no interior do discurso, da relação de comunicação entre enunciador e enunciatário. A enunciação enunciada é a forma como o enunciador impõe ao enunciatário um ponto de vista acerca dos acontecimentos narrados. A enunciação reportada produz efeitos de sentido variados, como objetividade, subjetividade ou realidade.

Ao produzir um enunciado, o enunciador estabelece um acordo fiduciário (de fé), que determina o estatuto veridictório do texto, por exemplo, quando o enunciador falar algo, o enunciatário, mesmo sabendo que é mentira, vai agir como se fosse verdade. O autor afirma que esse acordo fiduciário apresenta dois aspectos: (a) como o texto deve se considerado do ponto de vista da verdade e da realidade: há procedimentos culturais e sociais que determinam o estatuto de verdade ou de

mentira do texto, de realidade ou ficção, por exemplo, as histórias de pescador, na nossa cultura, são mentiras; as histórias que começam com o protocolo “era uma vez...” são irreais as histórias dos santos e de Cristo são verdadeiras para os católicos e ficcionais para os ateus; as fábulas de Esopo, ao apresentar a moral, dizem-se irreais, mas referem-se a comportamentos reais dos seres humanos; (b) como devem ser entendidos os enunciados: da maneira como foram dito ou ao contrário: existem marcas discursivas que indicam se o enunciado X deve ser interpretado como X ou como não-X. Há, portanto, dois tipos de contratos enunciativos: o de identidade e o de contraditoriedade.

2. Formas de interação: entrevistas e debates

O diálogo está presente na vida de todos. A entrevista, em princípio, é uma atividade recorrente no cotidiano, pois, normalmente, os indivíduos atuam como entrevistadores e entrevistados em conversações diárias. No caso de entrevistas de televisão e rádio, os textos podem se desenvolver em menor grau de dialogicidade, uma vez que a interação tende a ser mais assimétrica, diferentemente de conversações espontâneas entre amigos, por exemplo. Não obstante, as entrevistas também podem apresentar-se de forma menos assimétrica, se comparadas a palestras, nas quais a tendência é o turno ser mantido por um falante apenas.

De acordo com Marcuschi (2006), a conversação pode ser classificada em natural (formal ou assimétrica, informal, coloquial ou simétrica) ou artificial (as desenvolvidas em peças, novelas, filmes etc., ou seja, as que seguem algum tipo de roteiro prévio). Considera-se simétrica a conversação em que ambos os interlocutores têm o mesmo direito de tomar a palavra e de escolher o tópico discursivo, direcionando-o e estabelecendo o tempo de participação. Trata-se de uma “situação de conversação em que todos os interlocutores dão contribuições relevantes em relação ao tópico, engajando-se, substantivamente na consecução do objetivo comum” (Preti, 2003, p. 267).

Já nas formas assimétricas, um dos participantes tem o privilégio quanto ao uso da palavra, cabendo a ele iniciar a conversação, conduzi-la e mudar o tópico. São alguns exemplos de interações assimétricas as entrevistas, consultas, palestras, entre outras situações nas quais, segundo o autor supracitado (2003, p. 266-267), apenas um falante “domina a cena”, ou seja, toma a palavra para si, enquanto o ouvinte somente contribui com “intervenções episódicas, marginais em relação ao tópico do fragmento”. Desse modo, só um interlocutor desenvolve o assunto, ao passo que o outro “segue” o que está sendo dito com pequenos turnos inseridos na conversação.

Nas palavras de Urbano *et al* (1996, p. 84), entrevistas são “eventos conversacionais tipicamente desenvolvidos por meio de Perguntas e Respostas”, ao contrário das conversas espontâneas “que não só as incluem – aliás como estrutura básica – como também se realizam por movimentos de fala de outros tipos”. Dessa forma, as respostas nas entrevistas “revelam uma complexidade que normalmente as conversações espontâneas desconhecem”.

Fávero e Aquino (1998c, p. 122) asseveram que:

Dependendo de quem seja o entrevistador ou do papel que lhe destinem, a entrevista pode construir apenas uma técnica em que se obtém respostas já esperadas a partir da organização de um simples questionário e, neste caso, um pré-texto já estaria construído anteriormente ao encontro e seria preenchido tão somente com as respostas do entrevistado. Tomando-se a interação em termos de possibilidade e de enquadramento em uma escala, poder-se-ia dizer que, nesses textos, observa-se um direcionamento para o menor grau nessa escala de interação. Por outro lado, é possível ocorrer um grau elevado de dialogicidade em que o entrevistador deixa o texto fluir e transcorrer de tal forma que este não se identifique com um mero monólogo (Fávero; Aquino, 1998c, p. 122).

Segundo as autoras, em entrevistas, as perguntas configuram “estratégias cujos efeitos são cumulativos, isto é, o entrevistador pode formular um pedido de informação, de confirmação ou esclarecimento, ao mesmo tempo em que pode utilizá-la para introduzir, mudar, redirecionar o tópico” (1998c, p. 123). É possível, ainda, que esse expediente sirva para a manutenção do tópico, e seja utilizado para fins específicos, como provocar o entrevistado a fim de desestruturar sua resposta ao ponto de conseguir que sua imagem seja arranhada, sobretudo quando se trata de políticos. Desse modo, as perguntas e as respostas são fatores que colaboram para o estabelecimento da coerência, e não existe, necessariamente, uma única possibilidade de resposta, pois esta se encontra relacionada ao contexto de ocorrência da pergunta. Nesse sentido, mesmo que um participante formule sua pergunta, sem apresentar interesse na maneira como seu interlocutor irá interpretá-la, fornecendo-lhe qualquer resposta, “a quase totalidade das perguntas é formulada em decorrência do contexto discursivo anterior, fato que permite indicar a importância do contexto precedente da pergunta o qual acaba por emoldurá-la” (Fávero; Aquino, 1998c, p. 124).

Em relação à assimetria em entrevistas, o entrevistador, normalmente, tem a função de fazer a escolha dos assuntos, direcionar a conversação e distribuir

os turnos, atribuindo ao entrevistado maior tempo de fala. Porém, o conceito de assimetria interacional, como afirmam Fávero e Andrade (1998a, p. 162), não está ligado, somente, “às funções dos interlocutores na situação comunicativa, mas principalmente a seus papéis sociais e suas características individuais”. A relevância social do entrevistado pode interferir no equilíbrio da entrevista e, nesse caso, o entrevistado seleciona os tópicos e conduz as passagens de turnos. Por outro lado, “há entrevistadores peculiares que dominam a entrevista e não deixam ao entrevistado nem mesmo os turnos que lhe são devidos”.

No que tange ao planejamento textual e tempo de elaboração, existem três momentos distintos na entrevista, seja na LF (entrevistas televisivas, de rádio, entre outras) ou na LE (entrevistas publicadas em revistas, jornais, entre outras). Há o momento de preparação, o da entrevista e o da edição. Como na LF o planejamento é local, ou seja, desenvolve-se ao mesmo tempo em que se executa o enunciado, em tempo real, a entrevista apresenta-se como um “tipo especial de texto falado, porque o planejamento existe da parte do entrevistador e pode existir também, em certos casos, da parte do entrevistado [...]” (Fávero, 2000, p. 83). Os interlocutores, por terem mais tempo de elaboração, tendem a diminuir as marcas de reformulação textual.

As estruturas de participação que caracterizam as entrevistas televisivas demonstram que cada participante cumpre seu papel de forma efetiva. Assim, eles se alternam na construção do turno e revelam maior envolvimento interpessoal. Fávero e Aquino (1997, p. 70) afirmam que, nas entrevistas de televisão,

[...] as perguntas, utilizadas de forma estratégica, dinamizam a interação verbal, ajustam a participação dos interlocutores, reorganizam o contexto e permitem ao entrevistador explorar a organização sequencial e, automaticamente, a organização contextual como recurso criativo para a organização das atividades em que o entrevistador e entrevistado estejam engajados (Fávero; Aquino, 1997, p. 70).

No entanto, não se pode desconsiderar o fato de que há um terceiro elemento que incide significativamente nesse tipo de interação: o público. A audiência é um “elemento propulsor de modificações na interação entre os participantes”, visto que a “interação se desenvolve exatamente em função da terceira-parte e é em razão de não se perder esse aliado que se precede a reformulações, preservando-se ou atacando-se a autoimagem” (Fávero, Andrade e Aquino, 1998b, p. 94).

A partir desse jogo entre entrevistado, entrevistador e público, Fávero e Andrade (1998a, p. 157) postulam que os dois primeiros têm a tarefa de informar e convencer o público, desempenhando, portanto, “um duplo

papel na interação: são cúmplices, no que diz respeito à comunicação, e oponentes, quanto à conquista desse mesmo público”. Desse modo, as entrevistas às vezes convergem para o polo do contrato e, às vezes, para o da polêmica. “No primeiro caso, os interlocutores buscam causar boa impressão na audiência, para isso tentam respeitar a fala do outro, costumam ceder o turno, evitam traços que demonstrem agressividade.” O estilo polêmico, por sua vez, permite que a interação possa desqualificar um dos participantes.

Embora os estudos acerca de trocas entre dois interlocutores tenham sido o foco de análise de muitos pesquisadores, é preciso considerar que, quanto maior o número de participantes de um evento conversacional, mais complexa se torna a interação, ou seja, quando há três ou mais interlocutores, a tomada e a manutenção de seus turnos exigem maior negociação. O debate televisivo, então, é outra forma de interação realizada dentro de uma tríade, ou seja, realizada por três interlocutores em conjunto. Há, nessa situação, um “duplo esquema triangular: o que se desenrola no estúdio entre debatedores e animador e o que põe em cena dois debatedores diante de um público (telespectador)” (Fávero; Aquino, 2002, p. 159).

O trílogo, nas palavras das pesquisadoras acima referidas, “é potencialmente mais conflitual e menos constrangedor para os participantes do que o diálogo¹, pois um deles pode, provisoriamente, pôr-se de lado sem que isso ameace seriamente o desenrolar da conversa”. No diálogo, o locutor L2, normalmente, faz suas intervenções após o locutor L1, e a sobreposição de vozes é a única maneira de interrupção. Já no trílogo, a fórmula “fala um por vez” nem sempre se aplica: nele não existem regras fixas; não há como prever, exatamente, o sucessor do turno; e o locutor L3 pode tomar a palavra, sem que ela lhe seja solicitada. Por outro lado, essa situação pode causar menos constrangimento, se, por exemplo, o locutor L3 prolongar seu silêncio, delegando, momentaneamente, aos outros interactantes a função de desenvolver os assuntos em seu lugar. Mesmo se abstendo do turno, por um determinado tempo, seu dever de cooperar com o andamento da conversação é dividido com os outros participantes, sem que isso prejudique a interação como um todo. Dessa maneira, existem momentos em que o silêncio de um dos interlocutores se estende, “cabendo aos outros o desenvolvimento da conversação”, em outras palavras, “a obrigação de cooperar fica diluída no grupo” (Fávero; Aquino, 2002, p. 161).

O mediador, nesse caso, acaba tendo uma participação menos ativa, já que o tempo de seus turnos é previamente estabelecido pela produção da emissora. Isso não quer dizer que sua importância possa ser desmerecida: ele propõe os tópicos, controla o tempo

de cada adversário, enfim, conduz a interação de modo que não aparente tomar partido e se mostre imparcial, atuando como o árbitro ou juiz do embate.

Em uma conversação casual, a interação, geralmente, inclina-se para uma relação pacífica entre os interactantes, já em debates, ela converge para o lado contrário, pois a polêmica e a atmosfera de confronto sempre se fazem presentes. Apesar de não haver um vencedor declarado em um debate, os índices de audiência são fatores altamente significativos, uma vez que eles denotam o número de pessoas a quem os textos foram destinados, e no caso da política, o bom desempenho do candidato pode dissuadir o eleitor a votar em seu adversário, bem como pode persuadi-lo a obter sua aprovação.

Conforme McIlvenny (1996, p. 28-29), estudos acerca dos discursos políticos têm demonstrado que os oradores raramente desconsideram seu público, e “adaptam seus discursos ao momento”, a fim de suscitar respostas de comum acordo com a audiência. Os aplausos, por exemplo, não são, “necessariamente, reações espontâneas”, pois podem ser incentivados pelo carisma que o falante transparece ter ou pelas estratégias argumentativas e retóricas que ele emprega. Por outro lado, em debates políticos, é possível que os falantes não recebam apenas respostas positivas da audiência; suas declarações podem ser alvo de reações desfavoráveis e, por conta disso, eles podem obter reações negativas da audiência (como as vaias), sobretudo, quando há iniciativa de outros que encorajam o restante. Há a possibilidade, ainda, de que as vaias manifestem uma réplica à determinada postura arrogante, como a de se vangloriar dos próprios feitos ou de seu partido, em detrimento de outros.

3. A Instância de instauração do sujeito (a instalação de pessoas, espaços e tempos)

Sobre a noção de sujeito, Benveniste (1995) afirma que a subjetividade é a capacidade de o locutor propor-se como sujeito de seu discurso que se funda no exercício da língua. Na enunciação, este locutor posiciona-se por meio de índices formais que revelam a subjetividade na linguagem. Pelos pronomes pessoais, é possível que o sujeito se revele e, na instauração de um *eu*, necessariamente, instaura-se também um *tu*. Ambos são protagonistas da enunciação que, ao se referir a um indivíduo específico, a marca da pessoa é identificada.

Com base nessas ideias, Brandão (1993, p. 49) conclui que:

¹ Fávero e Aquino 2002 (p. 160) utilizam o termo diálogo (troca diádica), com base em Kerbrat-Orecchioni. As autoras reservam a “diálogo seu sentido etimológico: dia = prefixo grego, que significa *através de*, como em diacronia, diáfano, diagonal.”

O sujeito de Benveniste é um *eu* que se caracteriza pela sua homogeneidade e unicidade e se constitui na medida em que interage com um *tu* – alocutário – opondo-se ambos à não-pessoa, ele (eu – tu x ele). Apesar desse *tu* ser complementar e indispensável, na relação é o *eu* que tem ascendência sobre o *tu*. Denominando sintomaticamente esse *eu* de *ego*, sente-se, nas colocações de Benveniste, uma marcação bastante acentuada de uma subjetividade “ego-cêntrica” a reger o mecanismo da enunciação (Brandão, 1993, p. 49).

O sujeito é tomado como ponto de referência, pois ao enunciar-se, todo espaço e todo tempo organizam-se em torno do sujeito. Nesse sentido, espaço e tempo estão na dependência do *eu*, que neles se enuncia, caracterizando o *aqui* como o espaço do *eu* e o presente como o tempo em que coincidem o momento do evento descrito e o ato de enunciação que o descreve. Na visão de Fiorin (1996), todas as relações espaciais e temporais são organizadas a partir desses dois elementos. Sendo a enunciação o lugar de instauração do sujeito, é também o lugar do *ego*, *hic et nunc*. O autor citado (1995a, p. 170) assevera que “todas as pessoas, espaços e tempos instalados no enunciado estão de alguma forma relacionados ao *eu-aquí- agora* da enunciação”.

De acordo com Barros (2003, p. 54):

[...] o sujeito da enunciação faz uma série de opções para projetar o discurso, tendo em vista os efeitos de sentido que deseja produzir. Estudar as projeções da enunciação é, por conseguinte, verificar quais são os procedimentos utilizados para constituir o discurso e quais os efeitos de sentido fabricados pelos mecanismos escolhidos (Barros, 2003, p. 54).

A competência discursiva em sentido estrito compreende o conjunto de procedimentos que visam a constituir o discurso como um espaço e um tempo povoados de atores diferentes do enunciador. Segundo Fiorin (1996), quando se adiciona a essa competência o depósito de figuras do mundo natural e de configurações discursivas que permite ao sujeito da enunciação o exercício da figurativização, tem-se a competência em sentido lato. O sujeito, ao designar-se como ‘eu’, apropria-se da linguagem inteira, construindo o mundo como objeto e se construindo a si mesmo, ao mesmo tempo. Isso se dá por uma orientação transitiva que constitui o que Greimas chama a intencionalidade fundadora da enunciação e, por isso, a enunciação é

um enunciado cuja função predicativa é a intencionalidade e cujo objeto é o enunciado-discurso.

4. Debreagem e embreagem

As concepções doravante explanadas neste item baseiam-se em Fiorin (1995b, 1996), as quais contribuem para os estudos acerca dos conceitos de debreagem e embreagem. Conforme o autor, são dois os mecanismos de instauração de pessoas, espaços e tempos no enunciado: a debreagem e a embreagem. A debreagem é a operação em que a instância de enunciação se desprende de si e projeta para fora de si, no momento da discursivização, determinados termos ligados a sua estrutura de base, buscando a constituição dos elementos fundadores do enunciado, quais sejam: pessoa, tempo e espaço. Há a debreagem actancial, espacial e temporal. A debreagem tira da instância de enunciação a pessoa, o espaço e o tempo e projeta no enunciado um *não-eu*, um *não-aquí* e um *não-agora*.

Existem dois tipos de debreagem. A primeira é a enunciativa, em que se instalam no enunciado os actantes da enunciação (*eu/tu*), o espaço da enunciação (*aquí*) e o tempo da enunciação (*agora*), isto é, em que o *não-eu*, o *não-aquí* e o *não-agora* são enunciados como *eu*, *aquí*, *agora*. A segunda é a enunciva, em que se instauram no enunciado os actantes do enunciado (*ele*), o espaço do enunciado (*algures*) e o tempo do enunciado (*então*). A debreagem enunciativa e a enunciva produzem dois efeitos de sentido: o de subjetividade (instalação dos simulacros do *ego-hic-nunc* enunciativos, com suas apreciações dos fatos) e o de objetividade (eliminação das marcas de enunciação do texto, ou seja, da enunciação enunciada, fazendo com o discurso se construa somente com enunciado enunciado).

É relevante considerar, ainda, a debreagem interna, que consiste no fato de que um actante já debreado, seja ele da enunciação ou do enunciado, se torna instância enunciativa, que opera, então, uma segunda debreagem, que pode ser enunciativa ou enunciva. Em diálogos, por exemplo, com debreagens internas em que há mais de uma instância de tomada de palavra. Essas instâncias subordinam-se umas às outras: o *eu* que fala em discurso direto é dominado por um *eu* narrador que, por sua vez, depende de um *eu* pressuposto pelo enunciado. Em função dessa cadeia de subordinação, diz-se que o discurso direto é uma debreagem de segundo grau. Seria de terceiro se o sujeito debreado em segundo grau fizesse outra debreagem. Por questões de limitação da memória, é muito difícil que esse processo ultrapasse o terceiro grau ou mesmo que vá além do segundo.

A embreagem, por sua vez, é o efeito de retorno à enunciação, produzido pela neutralização das categorias de pessoa e/ou espaço e/ou tempo, bem como

pela denegação da instância do enunciado. Assim como ocorre na debreagem, há a embreagem actancial, espacial e temporal. A embreagem actancial concerne à neutralização de oposições na categoria de pessoa. Toda embreagem pressupõe uma debreagem anterior. Uma debreagem enunciativa (instalação de um *eu*) precede a embreagem. A neutralização da oposição de *eu/ele* em benefício do *ele* denega o enunciado, pois este é afirmado com uma debreagem prévia. Negar o enunciado estabelecido é retornar à instância que o precede e é pressuposta por ele, logo, obtém-se na embreagem um efeito de identificação entre sujeito do enunciado e sujeito da enunciação, tempo do enunciado e tempo da enunciação, espaço do enunciado e espaço da enunciação. A embreagem espacial diz respeito a neutralizações na categoria de espaço, e a temporal a neutralizações na categoria de tempo.

Existem casos que apresentam embreagem homocategórica, que acontece quando a debreagem e a embreagem que a segue afetam a mesma categoria (a de pessoa, a do espaço ou a do tempo), e a embreagem heterocategórica, em que as categorias presentes na debreagem e na embreagem subsequente são distintas.

Faz-se necessária, também, a distinção entre embreagem enunciativa e enunciva. A primeira ocorre quando o termo debreante é tanto enunciativo como enuncivo, porém, o embreante é enunciativo. A segunda é aquela em que o termo debreante pode ser enunciativo ou enuncivo, porém, o termo embreante é enuncivo. A embreagem pode, ainda, ser classificada em *externa*, quando produzida por uma instância enunciativa pressuposta pelo enunciado, e *interna*, quando realizada por uma instância enunciativa já inscrita no enunciado.

Para perceber a especificidade da significação dos termos designativos de pessoa, de tempo e de espaço é necessário observarmos a diferença entre enunciado-tipo e enunciado-ocorrência. O primeiro considera o mesmo enunciado, independentemente das vezes que é enunciado. Já o segundo leva em conta cada uma das vezes que é enunciado. De modo geral, os elementos do código lingüístico são idênticos do ponto de vista da significação tanto no tipo quanto na ocorrência. As categorias que assumem o papel de indicar as circunstâncias da enunciação (pessoa, espaço, tempo) só podem ser interpretadas se a reportarmos ao ato único da enunciação que produziu o enunciado em que se apresentam.

Os elementos lingüísticos referentes à pessoa, ao espaço e ao tempo dividem-se em dêiticos e anafóricos. Os primeiros referem-se à situação de enunciação, seja ela pressuposta, seja ela explicitada no texto pelo narrador (pronomes “eu”/“tu”, advérbios/locuções adverbiais, demonstrativos etc.). Os anafóricos pertencem ao enunciado enunciado e, portanto, são compreendidos

em função das marcas de tempo e espaço instalados no enunciado e de actantes do enunciado anteriormente mencionados.

5. Análise dos dados

No trecho abaixo, Lula (*eu*) se dirige a Alckmin (*tu*), respondendo sua pergunta:

- (1) “[...] *Me parece que o governador não estava no Brasil em 2003 porque se ele tivesse, ele poderia começar esse debate me agradecendo [...]*”.

Vemos, em (1), que ocorre a neutralização na categoria de pessoa. Tem-se, formalmente, uma debreagem enunciva (um *ele*), mas que assume o valor de um *tu*, já que Lula está falando com Alckmin. Trata-se, portanto, de uma embreagem enunciva, pois há a neutralização da oposição *tu/ele* em proveito do último membro do par.

Assinalamos mais outros exemplos² de embreagem actancial enunciva em que o *ele* é utilizado no lugar do *tu*:

- (2) “[...] *a proposta de reforma tributária está no Congresso Nacional, aliás, o governador foi comigo e mais vinte e seis governadores entregar [...]*”.
- (3) “[...] *o governador não pode se esquecer que na campanha de 2002 surgiu o dossiê Caymã [...]*”.
- (4) “[...] *o governador sabe que em 1989 veio a denúncia prá eu fazer contra o Collor e eu resolvi não fazer porque prá mim tem que ter prova*”.
- (5) “[...] *Possivelmente o governador ainda tenha saudade do tempo da tortura [...]*”.
- (6) “[...] *Parece que o governador deve olhar para a cara do povo e dizer um pouco a verdade [...]*”.
- (7) “[...] *A verdade é que o Bajás Negri foi secretário do CDHU (?), tem cento e duas condenações provisórias do Tribunal de Contas do Estado e uma das empresas contratadas é de um senhor chamado Abel que, segundo informações da imprensa, estava lá para comprar o dossiê. Mesmo assim, o governador diz que não sabia. O governador sabe que se tem um brasileiro que não tinha interesse nisso era eu*”.

Observa-se que nos segmentos acima, quando Lula diz “o governador”, se dirigindo ao próprio governador, tem-se um *ele* (termo enuncivo) que significa um *tu*. O termo debreante é enunciativo, mas o elemento que resta no enunciado é enuncivo, caracterizando, pois, a embreagem enunciva.

Ao dirigir-se ao adversário pelo substantivo “governador”, Lula emprega a terceira pessoa em substituição à

² Os exemplos (1) a (7) referem-se a respostas de Lula às perguntas feitas por Alckmin.

segunda do singular, produzindo um efeito de polidez e distanciamento, o que confere, por um lado, um tom de respeito à posição social do opositor. Por outro lado, ele também impõe situação recíproca, isto é, espera receber do oponente o mesmo tratamento pautado em seu papel social: o presidente. Seria oportuno para Lula conduzir o debate de forma ponderada e sem insultos, evitando possíveis situações desfavoráveis em função das denúncias de corrupção em seu governo. Assim, o presidente procura manter um nível mais elevado de argumentação, podendo amenizar o teor das acusações. Esse tipo de recurso é muito apropriado quando se pretende mostrar controle da situação, visto que esse efeito cordial e sociável no discurso pode ajudar a desestabilizar o oponente.

Nas respostas de Alckmin a Lula também são observadas embreagens enuncivas:

- (8) “[...] Comigo não tem essa história de que não assumo responsabilidade. Não se refere ao meu governo, se refere ao governo passado e que deve ser apurado, agora, o que o candidato Lula deve explicar é como é que compra ambulância superfaturada [...]”.
- (9) “[...] O Brasil retrocedeu na saúde. 1,6 bilhão de reais foram tirados da Saúde, as Santas Casas tão praticamente quebradas. Foi abandonado o mutirão de Saúde, aliás, o candidato Lula diz que a Saúde no Brasil tá quase perfeita [...]”.

Alckmin, em suas falas, dirige-se ao enunciário (tu) pelo termo “candidato”, baixando a força política do adversário, visto que, de autoridade máxima da Nação, ele passa à condição de candidato assim como o próprio enunciador.

- (10) “[...] porque diferentemente do governador Mário Covas, ele quis colocar em prática em São Paulo a chamada guerra fiscal. Bem, eu acho que o governador deve ter muita clareza que eu pensei que ele ia trazer a resposta porque faz exatamente trinta dias que ele quer saber da onde veio o dinheiro, ele quer saber cadê o dinheiro [...]” (Lula em resposta a Alckmin).

O exemplo acima difere dos outros de embreagem analisados anteriormente. Notamos que Lula usa o substantivo “governador” toda vez que fala com seu adversário; porém, no recorte (10), ele não se refere a Alckmin, mas ao governador Mário Covas, havendo uma debreagem enunciva pela instauração de um *ele* no enunciado. Contudo, o “ele”, inserido logo depois, não diz respeito mais a Mário Covas e sim a Alckmin, que é com quem Lula está falando. Esse “ele”, então, opera como um *tu* e torna-se uma embreagem enunciva.

Nos trechos abaixo, Alckmin se dirige a Lula:

- (11) “Primeiro eu queria dizer ao telespectador... veja que ele não respondeu, não disse onde vai cortar um gasto. Ele vai é aumentar imposto para o povo brasileiro [...]”.
- (12) “[...] A minha pergunta é: presidente da República é o chefe comandante, chefe das Forças Armadas. Tem a Agência Brasileira de Inteligência, a ABIN, é o chefe do ministro que comanda a Polícia Federal, é um dos homens mais bem informados do país. Candidato Lula, de onde veio o dinheiro sujo, um milhão e setecentos e cinquenta mil em dinheiro vivo, reais e dólares para comprar o dossiê fajuto?”.
- (13) “Veja, telespectador, não sabe também. Um milhão e setecentos e cinquenta mil dá para um trabalhador, que ganha salário mínimo, viver 416 anos. Uma fortuna! Não teve nem a curiosidade de perguntar pro seu churrasqueiro de onde veio o dinheiro [...]”.
- (14) “[...] Olhe nos olhos do povo brasileiro, candidato Lula e responda de onde veio o dinheiro [...]”.

Em (11), há uma debreagem enunciativa (instalação de um *eu*) em que o *tu* seria Lula, uma vez que é ele a pessoa com quem Alckmin fala, no entanto, o *tu* acaba sendo o telespectador. Isso se reforça pelo uso do imperativo “veja”, o que resulta em um meio de envolver o ouvinte, uma estratégia de chamar sua atenção para determinado aspecto do tema, criando um efeito de aproximação e cumplicidade com o público. Em seguida, o enunciador emprega uma debreagem enunciva (instalação de um *ele*), falando de Lula para o povo (diferentemente dos exemplos anteriores em que o *ele* significava um *tu*). O mesmo ocorre em (13). Alckmin instaura novamente o telespectador como seu enunciário e Lula como a pessoa de quem se fala: “Veja, telespectador (*tu*), (*ele*, Lula) não sabe... (*ele*, Lula) não teve...”, utilizando, também, um expediente para atrair o ouvinte à reflexão proposta por ele: “veja, telespectador”. Já em (12) e (14), Alckmin deixa de falar com o povo diretamente e instala, pelo vocativo “candidato Lula” e pelo imperativo “olhe”, um *tu* que passa a ser o próprio Lula (debreagem enunciativa).

Cabe salientar que ao se dirigir ao telespectador, Alckmin instaura um enunciário (*tu*), porém, visando a atingir toda a população que está assistindo ao debate (você). Ocorre, então, uma embreagem por meio da qual a segunda pessoa do singular torna-se a segunda do plural, resultando em uma particularização que é convertida à generalização, ou seja, direcionar a fala a cada um individualmente implica em direcioná-la a todos.

- (15) “[...] Primeiro, Lula, não meça as pessoas pela sua régua. Eu não tenho no meu governo minis-

tro condenado, não tenho indiciado pela polícia, não tenho assessor meu condenado, denunciado pelo procurador da República. Tenho 32 anos de vida pública honrada [...]” (Alckmin em resposta a Lula).

Pelo vocativo e pela introdução de um *eu* no enunciado, vemos que há uma debreagem enunciativa que precede a embreagem (primeira pessoa significando a segunda do singular). Quando Alckmin nega as corrupções em seu governo, ele está, implicitamente, afirmando que no governo de Lula isso é uma prática corrente. O enunciador usa a primeira pessoa, aliada à forma negativa com o intuito de atingir aquele com quem fala. O efeito que se tem é o de acusação ao outro, construído pela substituição do *tu* pelo *eu*. Isso nos remete à idéia de que esse “não tenho...” significa “você tem...”, bem como, ao asseverar que tem 32 anos de vida pública honrada, fica subentendido que seu enunciatário não tem essa qualificação.

Lula em resposta a Alckmin diz:

(16) “[...] é importante lembrar que nós fizemos o país crescer como em nenhum momento da sua história dos últimos vinte anos [...]”.

(17) “[...] e nós conseguimos em três anos e meio fazer com que o Brasil chegasse agora no final do ano a quase 135 bilhões de dólares de exportação”.

O emprego do pronome “nós” é bastante difundido no meio político e freqüentemente utilizado por autoridades para legitimar o papel de representantes do povo. Trata-se de um “nós” utilizado no lugar de um “eu”, um plural majestático que, vindo de um chefe de Estado, afasta a idéia de uma subjetividade que poderia soar como arrogância se tivesse dito, por exemplo: “eu fiz o país crescer” ou “eu consegui em três anos e meio fazer com que o Brasil chegasse agora no final do ano a quase 135 bilhões de dólares de exportação”.

(18) “[...] na hora que a polícia tiver os dados, pode ficar certo que eu tenho mais interesse que vossa excelência de explicar ao povo brasileiro [...]”.

O pronome de tratamento “vossa excelência” pode ser considerado como um caso híbrido: há a terceira pessoa com o valor de *tu*, que é uma embreagem, e o possessivo “vossa” (segunda pessoa) que, de certa forma, caracteriza uma debreagem³. Essa forma de tratamento atribui ao discurso um efeito de ironia e afronta decorrente do respeito exacerbado em relação a seu enunciatário.

³ No que concerne aos chamados pronomes de tratamento, baseamos a análise de acordo com Fiorin (1996, p. 89).

(19) “[...] O escândalo do sauessuga, do vampiro é do seu governo e se começou antes deveria ter punido, não tem uma prova. A primeira denúncia é de 2003 e eu sou republicano. Apure-se [...]” (Alckmin em resposta a Lula).

Em (19), ocorre o uso de uma forma indeterminada em lugar da segunda pessoa, já que temos a sensação de que Alckmin, ao dizer “apure-se”, está colocando seu governo à disposição de todos os interessados; nesse caso, “vocês” da oposição, para que investiguem a veracidade de suas proposições.

(20) “[...] primeiro porque eles já governaram muitos estados e governaram o país por muito tempo e ficou claro que a única coisa que eles sabem fazer primeiro é cortar gastos daquilo que não deveria cortar, que é o salário do povo trabalhador. Segundo é importante lembrar que quem propôs a reforma da Previdência Social do setor público fui eu. Terceiro, é importante lembrar que nós fizemos o país crescer como em nenhum momento da sua história dos últimos vinte anos [...]” (Lula em resposta a Alckmin).

Em um primeiro momento, tem-se uma debreagem, pois esse “eles” refere-se ao governo Fernando Henrique Cardoso, anterior ao de Lula e do mesmo partido do candidato Alckmin. Numa segunda leitura, esse “eles”, por extensão, aplica-se a “você/vocês” representado pelo oponente, constituindo, portanto, uma embreagem. Logo, Alckmin é responsabilizado pelos atos do governo precedente ao de Lula, por pertencer à mesma facção política que FHC, o que produz um efeito de sentido de generalização. Cria-se, ainda, a impressão de que o enunciador busca mostrar a “verdade” dos fatos e, desse modo, conseguir manter, resgatar ou aumentar sua credibilidade perante o povo brasileiro.

Considerações finais

O discurso é visto como objeto produzido pelo sujeito da enunciação e como objeto de comunicação entre um destinador e um destinatário. Assinala-se, dessa forma, o emprego de determinados mecanismos que corroboram a acepção de um sujeito que aproveita momentos de embate para assumir uma posição efetiva de domínio e envolvimento do enunciatário. A enunciação projeta os actantes no discurso e, por meio dessas projeções, é possível examinar os procedimentos e elementos da sintaxe utilizados para produzir determinado efeito de sentido.

Observamos, no *corpus*, o uso de elementos que marcam certo distanciamento do falante a respeito de assuntos delicados ou polêmicos. Isso contribui para afastar reações negativas e chamar a atenção para

outro aspecto do tema que seja mais conveniente para aproximar os ouvintes, obtendo, assim, sua aprovação. Por meio dessas marcas enunciativas, pode-se conhecer o ponto de vista dos falantes, suas atitudes e posicionamentos, mesmo que não os revelem explicitamente.

A rigor, o presente estudo apenas tentou realizar alguns apontamentos acerca dos mecanismos de debragem e embreagem actanciais no texto político falado. Não pretendemos esgotar as discussões em relação a esse assunto, uma vez que observamos a relevância do mesmo para trabalhos desenvolvidos também no campo da análise da conversação. Nossa intenção está voltada, então, para a possibilidade de termos delineado alguns aspectos que possam ser úteis para futuras análises. ●

Referências

- Barros, Diana Luz Pessoa de
2003. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática.
- Benveniste, Émile.
1995. *Problemas de linguística geral I*. Campinas: Pontes.
- Brandão, Helena Hathsue Nagamine
1993. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Fávero, Leonor Lopes
2000. A entrevista na fala e na escrita. In: Preti, Dino (Org.). *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, p. 79-98. (Projetos Paralelos-NURC/SP), v. 4.
- Fávero, Leonor Lopes; Andrade, Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira
1998a. Os processos de representação da imagem pública nas entrevistas. In: Preti, Dino (Org.) *Estudos de língua falada: variações e confrontos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, p. 153-178. (Projetos Paralelos-NURC/SP), v. 3.
- Fávero, Leonor Lopes; Andrade, Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira; Aquino, Zilda Gaspar Oliveira de
1998b. Discurso e interação: a reformulação nas entrevistas. *Delta: Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, PUC, v. 14, n. especial, p. 91-103.
- Fávero, Leonor Lopes; Aquino, Zilda Gaspar Oliveira de
1997. Textualização de produções orais formais - o caso da entrevista. In: Koch, Ingedore Grunfeld Villaça Koch; Barros, Kazue Saito Monteiro de (Orgs.) *Tópicos em linguística de texto e análise da conversação*. Natal: EDUFRN, p. 67-72.
- Fávero, Leonor Lopes; Aquino, Zilda Gaspar Oliveira de
1998c. As perguntas na organização das entrevistas. *Revista da ANPOLL*, São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, n. 4, jan./jun., p. 121-135.
- Fávero, Leonor Lopes; Aquino, Zilda Gaspar Oliveira de
2002. A dinâmica das interações verbais: o trílogo. In: Preti, Dino (Org.). *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, p. 159-178. (Projetos Paralelos-NURC/SP), v. 5.
- Fiorin, José Luiz
1995a. A noção de texto na semiótica. *Organon: Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Instituto de Letras/ UFRGS, v. 9, n. 23, p. 163-173.
- Fiorin, José Luiz
1995b. A pessoa desdobrada. *ALFA: Revista de Linguística*, São Paulo, UNESP, v. 39:23-44.
- Fiorin, José Luiz
1996. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática.
- Marcuschi, Luiz Antônio
2006. *Análise da conversação*. São Paulo: Ática.
- McIlvenny, Paul
1996. Heckling in Hyde Park: Verbal Audience Participation in Popular Public Discourse. *Language in Society*, Cambridge University Press, v. 25, n. 1, p. 27-60.
- Preti, Dino (Org.)
2003. *Análise de textos orais*. V 1. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP. (Projetos Paralelos-NURC/SP).
- Urbano, Hudinilson *et al*
1996. Perguntas e respostas na conversação. In: Castilho, Ataliba Teixeira de (Org.). *Gramática do português falado*. V. 3: As Abordagens Campinas: Unicamp/FAPESP, p. 75-98.

Dados para indexação em língua estrangeira

Burgo, Vanessa Hagemeyer;
Ferreira, Eduardo Francisco; Storto, Leticia Jovelina
Actancial Mechanisms of *Shifting Out* and *Shifting In*
Employed in Spoken English
Estudos Semióticos, vol. 7, n. 2 (2011), p. 16-25

ISSN 1980-4016

Abstract: *This study aims to discuss the constitution of the category of person in political discourse. We intend to analyze the meaning effects produced by actancial mechanisms of shifting out and shifting in employed in conversation. The theoretical framework of this work is mainly based on Semiotic concepts, from a textual-interactive perspective of spoken language in relation to the principles of Conversation Analysis. The corpus is composed of transcriptions of the debate between the candidates Luiz Inácio Lula da Silva and Geraldo Alckmin, who were at the time running for the presidential position. This debate was aired on October 8, 2006, by the television broadcasting channel, Rede Bandeirantes. We decided to work with some parts of the first block, which presented the most important elements for the analysis. Assuming that every politician is concerned with obtaining the adhesion of the interlocutor and, consequently, getting their votes, it is natural that their goal is to preserve a positive image by addressing their speech to the viewers/listeners. In the initial part of the debate, however, the candidates have to ask their questions to one another, in a face-to-face interaction situation, even though the audience and journalists are present. In spite of the fact that the direct addressee seems to be the opponent, in fact, the real addressee is the audience.*

Keywords: *shifting out, shifting in, spoken language*

Como citar este artigo

Burgo, Vanessa Hagemeyer; Ferreira, Eduardo Francisco; Storto, Leticia Jovelina. Mecanismos de debragem e embreagem actanciais empregados na língua falada. *Estudos Semióticos*. [on-line] Disponível em: (<http://www.fllch.usp.br/dl/semiotica/es>). Editores Responsáveis: Francisco E. S. Merçon e Mariana Luz P. de Barros. Volume 7, Número 2, São Paulo, novembro de 2011, p. 16-25. Acesso em “dia/mês/ano”.

Data de recebimento do artigo: 15/12/2010

Data de sua aprovação: 31/05/2011
